



## A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A VIOLÊNCIA ESCOLAR: A COMUNIDADE LGBTQIA+ NA ESCOLA

*Autor: Edson dos Santos*

*Orientador: Prof. Dr. Valdir Lamim Guedes Jr.*

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender a violência praticada no espaço escolar, em relação às pessoas LGBTQIA+, vista como um dos fenômenos perversos que afetam diretamente a vida das pessoas causando marcas profundas. São situações de preconceito, homofobia, racismo que atrapalham o acesso e a permanência na escola. Estes atos de violência que os estudantes sofrem em virtude das suas orientações sexuais, são para essas pessoas, experiências que provocam traumas irreparáveis e que contribuem para o aumento do abandono escolar e representa perdas no processo educacional das alunas e dos alunos LGBTQIA+, causando significativo prejuízo ao desenvolvimento intelectual. Uma parte significativa dessas ações violentas são causadas pelas orientações de cunho religioso professada pelos os gestores, professores, funcionários e também por alguns estudantes. Compreendendo que a escola é um dos espaços mais importantes para a transformação da sociedade, por poder agregar todo e qualquer tipo de diversidade, esperamos que este ambiente desenvolva práticas em desfavor da desigualdade de gênero e de qualquer tipo de preconceito. Isso passa necessariamente pela inclusão da educação em direitos humanos nos seus planos de ensino e na formação continuada dos professores e gestores, oferecendo um novo olhar para a compreensão das mudanças ocorridas no ambiente escolar nos últimos tempos a partir do acesso de novos grupos sociais. Nosso objetivo é o de identificar as causas da violência vivida pelas pessoas da comunidade LGBTQIA+ no ambiente escolar, mas, sobretudo, mostrar que a partir de intervenções pedagógicas com sequência didática voltada para o fortalecimento dos vínculos sociais, é possível oferecer educação que valorize os seres humanos, sem distinção de raça, cor, gênero, etnia, entre outros.

**Palavras Chaves:** Educação em Direitos Humanos, Violência, LGBTQIA+.

### 1. INTRODUÇÃO

A violência praticada para com as pessoas da comunidade LGBTQIA+ no ambiente escolar é o tema que motiva a realização desta pesquisa de Conclusão de Curso em Educação em Direitos Humanos. A violência contra as estudantes e os estudantes que vivem uma orientação sexual que difere do modo socialmente estabelecido no ambiente escolar é um problema que vem aumentando ao mesmo tempo em que as pessoas resolveram ocupar os





espaços de educação com o intuito de buscar formação acadêmica, cidadã e preparo para o mundo do trabalho.

A justificativa que oferece base para a elaboração desse trabalho pauta-se na observação da ausência de garantia dos direitos de todo e qualquer cidadão ou cidadã terem acesso à educação com equidade, respeito e livre de qualquer tipo de constrangimento que possa lhe causar violência física ou psicológica no ambiente escolar. Esse tema sempre me inquietou desde que iniciei minha profissão de docente e comecei a ministrar aulas em escolas públicas do Estado de São Paulo.

Compreender a causa dos atos violentos praticados para com esta população é o problema desta pesquisa, são ações que nem sempre são praticadas de maneira visível, algumas são sutis e quase imperceptíveis, mas que a partir de um olhar mais atento poderemos descobrir as raízes do problema.

O objetivo desta pesquisa é fazer com que seu resultado possa ser colocado em prática na escola, com o desejo de que ela possa contribuir com a formação do maior número de profissionais que atuam diretamente com a formação escolar dos cidadãos e cidadãs, servindo de instrumento pedagógico que contribua com a erradicação da violência na escola, especialmente, contra as pessoas da comunidade LGBTs.

Esta pesquisa busca fazer uma reflexão que auxilie no entendimento das motivações que provocam violência praticada dentro da escola, para com as pessoas das diversas orientações sexuais. Esse tema sempre me inquietou desde que iniciei minha profissão de docente e comecei a ministrar aulas em escolas públicas de São Paulo.

O problema da violência contra pessoas pertencentes ao que se costuma chamar erroneamente de grupos minoritários, não se resume ao ambiente escolar, está em toda a sociedade e em todos os segmentos, nos que possuem o maior nível de informação em relação à orientação sexual das pessoas, até aos menos informados, que por falta de conhecimento agem de maneira discriminatória. É uma violência que pode ser traduzida em uma temática multifacetada, de difícil entendimento, de motivações diversas e complexas, exigindo do pesquisador muita cautela para não concluir por afirmação unilateral.

Interagir com os diferentes tipos de violência, especialmente quando crianças ou adolescentes estão envolvidas, tanto na condição de vítimas ou de autores, tem desafiado os/as gestores escolares. Temos a consciência de que parte da violência que acontece na escola contra





pessoas homossexuais estão relacionadas não somente a condição sexual, mas também pela raça, classe social, econômica e cultural.

A ausência de temas sobre a diversidade sexual, nos planos de ensino e também no PPP (Plano Político Pedagógico) das escolas, é um dos fatores que contribui para o aumento de ações violentas e preconceituosas contra estas pessoas que já vivem em condições socialmente desfavoráveis dentro e fora da escola. Isso faz com que as brincadeiras corriqueiras, que parecem inofensivas e que passam despercebidas aos olhos dos gestores/as, professores/as e demais funcionários/as, são atitudes que agridem moralmente, psicologicamente e até fisicamente.

Todos os dias pessoas LGBTs se deparam nos mais variados ambientes com situações de preconceitos, negação da sua cidadania, violação de direitos, ausência de atendimento à saúde, entre outros. No decorrer do ano letivo observa-se o aumento de situações de preconceito e discriminação com esse público no espaço escolar, são práticas de bullying por meio de agressões físicas, verbais que afetam diretamente as relações sociais e o desempenho educacional, aumentando inclusive a evasão de alunas e alunos transexuais, travestis, homossexuais, lésbica, entre outros.

A relevância de se investigar este problema se dá à medida que observamos o aumento de atitudes preconceituosas na sociedade e que adentram o ambiente escolar, desencadeando em abandono dos estudos das estudantes e dos estudantes homossexuais, negando as garantias constitucionais de que todas as pessoas são iguais perante Lei, descrito na Constituição Federal de 1988, na LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e também na Declaração Universal de Direitos Humanos, garantindo o desenvolvimento pleno da pessoa, preparando-a exercer sua cidadania e qualificando-a para o mundo do trabalho.

Esta pesquisa não se resume apenas a um Trabalho de Conclusão de Curso, tem como perspectiva proporcionar novos olhares e novas práticas pedagógicas e de formação continuada fazendo com que a Educação em Direitos Humanos se torne uma prática e uma realidade dentro da escola, proporcionando novas formas de convivência e de respeito entre todos os atores responsáveis em oferecer educação que se preocupe com a formação cidadã e emancipatória.

## 2. JUSTIFICATIVA





A violência contra pessoas LGBTQIA+ no ambiente escolar tem se caracterizado por uma problemática com uma visível alta de recorrência. Diante disso, analisá-la é de fundamental importância para se compreender quais são os motivos das ações que provocam relações de desigualdade, preconceito e bullying no ambiente escolar. Entender as razões de determinados atos, é o primeiro caminho para se apontar a solução para o problema, estabelecendo-se meios para a construção de cultura de paz na escola através da Educação em Direitos Humanos.

Sabemos que muitos estudantes gays e lésbicas chegam à escola com alto índice de defasagem de aprendizagem, pela dificuldade de enfrentar as barreiras do preconceito estabelecido pela sociedade e pela família, que não aceita a orientação sexual do seu familiar, possivelmente, com receio de passar pelo mesmo sofrimento. Diante disto, a escola precisa estabelecer em seu projeto pedagógico ações que visem criar metodologias e atitudes voltadas para o fim do acirramento entre as pessoas que têm orientações sexuais diferentes, criando um ambiente de respeito, harmonia e empatia.

É na escola que as crianças, os adolescentes e os jovens passam boa parte de suas vidas, por isso podemos entender que a escola é uma das responsáveis pelo processo de formação das pessoas, que a partir de suas tomadas de consciência, participam das transformações da realidade social, econômica, cultural e política do país.

### 3. OBJETIVOS

Esta pesquisa tem por objetivo apontar as razões da violência presente no ambiente escolar para com as pessoas em virtude das suas orientações sexuais, através de atitudes discriminatórias para inferiorizar, constranger e humilhar o sujeito de forma física ou verbal. As pessoas que negação a heteronormatividade passam a ser vítimas do preconceito desde muito cedo, nas brincadeiras, apelidos, piadas e xingamentos. Mesmo sem saber qual é a orientação sexual dos/das estudantes a identidade de gênero o/a estudante LGBT sofre com hostilidade vindas dos/das colegas, professores/as, gestores e funcionários/as, experimentando o sofrimento e a violência na escola.

Estas atitudes discriminatórias que os estudantes homossexuais sofrem na escola as tornam pessoas silenciadas pela violência psicológica e até agressões físicas que sofrem. A escola apresenta dificuldade para lidar com as pessoas transsexuais, homossexuais, lésbicas que





procuram a escola para prosseguirem com seu percurso de formação escolar e se incluam na sociedade. Lamentavelmente, é dentro da escola que as manifestações da sexualidade se tornam um conflito, em razão da falta de preparo para lidar com a sexualidade dos estudantes e das estudantes.

#### **4. HIPÓTESES**

O maior desafio desta pesquisa é o desenvolvimento profundo da investigação dos motivos que provocam as ações violentas contra as pessoas da comunidade LGBTQIA+ no espaço escolar. A resposta para essas questões é de fundamental importância para que se possa estabelecer políticas educacionais em educação em direitos humanos, que visem a disseminação de boas práticas como forma de se estabelecer a cultura da não violência e de respeito às diferentes maneiras das pessoas se relacionarem, respeitarem e especialmente, que estabeleçam as melhores formas de conviver. A escola ainda é o melhor instrumento para isso.

#### **5. METODOLOGIA E ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA SOBRE O TEMA**

O objetivo desta pesquisa é fazer uma revisão bibliográfica por meio de textos acadêmicos, artigos, livros e do conteúdo apresentado para estudo na pós-graduação em educação em direitos humanos ofertado pela UFABC. Observações pessoais de atitudes homofóbicas que se manifestam cotidianamente no espaço escolar. A importância dos padrões morais impostos pelas religiões que tentam a todo custo impor um modelo heterossexual como padrão normativo da manifestação da sexualidade, que lamentavelmente, são seguidos por gestores educacionais, professores/as, funcionários/as e familiares dos/das alunos/as.

Em virtude do curto prazo para a elaboração e entrega da pesquisa, aliada às atividades profissionais do pesquisador, são fatores que não permitem a elaboração de um trabalho mais minucioso, com bibliografia mais extensa. Porém, isso não quer dizer que esta monografia não esteja imbuída de preocupação em apresentar o melhor resultado acadêmico, que sirva como instrumento para a elaboração de conteúdos que auxiliem na elaboração de novas práticas





pedagógicas que visem diminuir a violência na escola.

## 6. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o resultado desta pesquisa possa servir de contribuição para se enfrentar as questões que causam violência contra a sexualidade das pessoas na escola, respeitando as diversas orientações sexuais de identidade e de gênero. Espera-se ainda, que este trabalho se torne um desafio para professores/as e gestores da educação, que se mostram carentes de conhecimento para lidarem com temas que tratam da heterossexualidade como a única forma de orientação sexual. Ao longo dos anos os modelos pedagógicos das escolas foram sendo elaborados com a perspectiva de oferecer educação aos estudantes para que todos tenham comportamentos, que não aceitam conviver com as diferenças. Assim, encontra-se ainda professores/as que não sabem lidar com situações que fogem dos padrões ditos normais.

## 7. A COMUNIDADE LGBTQIA+ NA ESCOLA

Quando falamos de LGBTQIA+, não estamos tratando de um assunto novo, de uma causa recente ou de menor valor para a sociedade, estamos nos referindo a uma luta por garantia de direitos, que teve início há mais de cinquenta anos, logo no início do golpe militar de 1964. Durante o processo de redemocratização do país, gays e lésbicas demonstraram coragem em trazer para o debate político suas reivindicações, como o exercício da sexualidade e o reconhecimento de direitos, o fim da violência homofóbica, o enfrentamento da aids e o fim da prescrição médica que descrevia a homossexualidade como transtorno ou desvio sexual.

Em 1997, aconteceu na Cidade de São Paulo a primeira Parada do Orgulho Gay com a participação de aproximadamente duas mil pessoas e em 2010, todas as capitais do País e de médios e grandes portes realizaram suas paradas “gays”.

Para a empresa municipal de turismo de São Paulo – SPTuris, a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é o evento que mais atrai turistas à cidade. Em 2011, foram quatro milhões de pessoas. (Fonte: Memorial da democracia 2006).

Como forma de se contrapor à Parada “Gay”, as Igrejas cristãs, os movimentos





ultraconservadores e parte da elite brasileira e, sobretudo, a paulista reuniram três milhões de pessoas em 2019, previamente cadastradas para participarem da Marcha para Jesus, no Pavilhão de Exposições do Anhembi, na Zona Norte de São Paulo. (fonte: G1 SP 24/07/2021)

Esse movimento além de buscar manter sua hegemonia cristã, também fomenta a ideia da heteronormatividade como única maneira das pessoas se relacionarem sexualmente e afetivamente tratando a homossexualidade como patologia passível de cura. Esses movimentos anti-homossexualismo carregados de preconceitos, homofobia, transfobia, são canalizados para dentro das escolas, passando a ser defendidos por vários professores/as, gestores, funcionários/as e sobretudo, pela família.

Portanto, ser gay, lésbica, transsexual, travesti no ambiente escolar é uma luta diária de sobrevivência e para ser reconhecida como pessoa portadora de valores, competências e habilidades. O preconceito e a violência em relação ao gênero, tem causado marcas profundas que poderão nunca serem curadas. A forma desrespeitosa com a qual as pessoas LGBTQIA+ são tratadas dentro da escola responde por grande parte repetência escolar, as relações machistas são responsáveis pelo abandono dos estudos, impactando diretamente e violentamente a vidas dessas pessoas que já vivem em condições de vulnerabilidade.

Sabemos que por anos as políticas educacionais tiveram interferência do poder religioso, e os governantes para não perderem apoio político cediam e continuam a ceder aos desejos desses segmentos, pelo poder que eles possuem de persuadir seus seguidores. Muitas denominações religiosas ainda disseminam a ideia de que a homossexualidade é uma doença e que sua cura é possível. Este pensamento não é algo recente.

Em 1985, foi inaugurado em Salvador um centro evangélico para a “recuperação” de homossexuais, liderado por um vereador local, enquanto em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, criou-se uma igreja evangélica especializada em “curar” homens homossexuais, cujo objetivo era fazer o pecador sentir desejo por mulher. (TREVISAN, 2018, p. 19).

São esses mitos da “cura” gay, construídos a partir da cultura preconceituosa em relação a homossexualidade, que contribuem para os atos violentos contra as pessoas homossexuais, transsexuais, lésbicas, travestis, entre outras. Além de transmitirem para a sociedade, que essa população é portadora de transtornos psicológicos.

Tratar a homossexualidade como uma doença e dizer que as crianças em contato com





peças gays ou lésbicas sofrem influências e podem se tornar homossexuais, é uma forma preconceituosa, intolerante e discriminatória, é negar a diversidade como um meio saudável de se construir uma sociedade a partir dos valores sociais, éticos e humanos.

Porém, as ideias conservadoras passaram a ter dimensões cada vez maiores a partir do golpe de 2016, quando a presidente Dilma Rousseff foi retirada do cargo por uma elite burguesa, conservadora, com a contribuição dos meios de comunicação, de produção e econômico e políticos reacionários que formam o Congresso Nacional. Esse momento significou o início de uma investida muito bem arquitetada, para que os direitos sociais adquiridos pelas classes mais vulneráveis, incluindo a comunidade LGBTQIA+, fossem retirados das pautas governamentais, como o congelamento dos investimentos públicos pelo período de vinte anos.

Acolher esta população de forma digna, respeitosa e humana é um dos deveres essenciais da escola, é nesse espaço que essas pessoas podem ser vistas como seres dotados de valores e capazes de enfrentar os desafios que a sociedade impõe. Ao oferecer conhecimento, a escola dará oportunidade para gays, lésbicas, transsexuais, homossexuais, entre outros, participarem da vida política e social do país como eleitores e candidatos aos cargos eletivos, para que possam elaborar leis que garantam a efetivação dos seus direitos.

## **8. A VIOLÊNCIA ESCOLAR E A COMUNIDADE LGBTQIA+**

No Brasil não existe processo de criminalização de pessoas travestis ou trans por manifestarem seu gênero. Mas, ainda que a Constituição Federal Brasileira proteja todas/os as/os cidadãs e cidadãos de qualquer tipo de discriminação, as atitudes transfóbicas é uma realidade presente no País. Ainda que nos últimos anos a participação política de pessoas LGBTs tenham tido um aumento importante em relação a garantia de direitos, assistimos ainda a continuidade de ações violentas, discriminatória e preconceituosas contra a diversidade sexual.

A homofobia é atualmente uma das formas presente nas atitudes de preconceito ou discriminação e a partir dela decorre as mais variadas formas de violência em virtude da orientação sexual ou da identidade de gênero. Não é raro nos depararmos com gestores escolares usando os piores adjetivos para se referirem aos estudantes gays e lésbicas especialmente quando são adolescentes e jovens. Quando percebem que há algum tipo de relação entre essas



pessoas, convocam os pais e provocam os mais absurdos constrangimentos para os adolescentes, além de provocarem a ira do pai ou da mãe e por consequência, levando os filhos ou filhas a sofrerem violência em casa.

O preconceito em relação às pessoas é uma atitude que as tornam vítimas da sociedade brasileira, limitando as oportunidades e os direitos dessa população por não seguirem os padrões sexuais ditados pela ideia de heteronormatividade aceita socialmente pelos mais diversos grupos formados por indivíduos, na sua maioria preconceituosa.

Não precisa de uma pesquisa profunda para percebermos a existência da dicotomia entre a escola, os estudantes, a família e a comunidade. A escola não conseguiu acompanhar os avanços que a sociedade obteve nos últimos anos, continua tratando assuntos novos, com atitudes e métodos antigos, arcaicos e moralistas.

É preocupante ver profissionais da educação, especialmente diretores, vices diretores e coordenadores pedagógicos comparando a condição sexual de um ou uma estudante adolescente, de forma estereotipada, observando piercing, tatuagens, cabelo, vestimentas, religião, raça, cor da pele, condições socioeconômicas dos pais para tirarem suas conclusões, na maioria, equivocada e preconceituosa.

A escola não é uma ilha, ela faz parte do contexto social, político, econômico e intelectual do país e sofre interferência permanente de uma elite homofóbica defensora dos ideais de tradição patriarcais. Essa mesma elite foi responsável pela repressão sexual na vida brasileira. Essa elite, tem tido papel importante no que se refere a ausência de temas voltados à discussão sobre igualdade de gênero, homossexualismo e outros temas afins. Os livros didáticos tratam timidamente sobre questões que discutem sobre pessoas homossexuais. Porém, esse não é um problema novo.

Em 1982, o então ministro da Educação e Cultura, general Rubem Ludwig, fazia coro com o presidente João Figueiredo na articulação de uma campanha contra a escalada pornográfica porque, segundo ele, o erotismo não tinha raízes na tradição cultural brasileira. (TREVISAN, 2018, p. 156).

Esta visão erótica que ainda existe sobre a homossexualidade pode ser uma das causas da violência física e transfóbica contra pessoas homossexuais na escola, pode estar relacionada a defesa que esta elite homofóbica faz da heteronormatividade como única forma das pessoas





se relacionarem. Ao contrariar essa visão elitista e assumir condição sexual, as alunas e alunos homossexuais passam a ser vítimas das mais variadas formas de violência dentro da escola, tanto do ponto de vista psicológico, emocional, como também físico, que conduz ao abandono escolar como forma de se proteger de acontecimentos piores.

É importante que pessoas trans, travestis e outros gêneros, expressem livremente suas identidades, isso ajuda na compreensão e no respeito entre todos. A escola tem o dever pedagógico de proporcionar meios para que haja efetiva integração entre todos, todas que formam a comunidade discente.

## 9. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Para que a escola possa oferecer educação em direitos humanos, antes precisa preparar seu corpo docente para compreender a importância de se introduzir esses conhecimentos em sua grade curricular. Proporcionar formação sólida para os professores, é de extrema importância para a implantação da proposta.

É preciso que os profissionais da educação se apropriem dos conteúdos específicos que dialoguem com a educação em direitos humanos. A educação em direitos humanos precisa, necessariamente, estar relacionada com o cotidiano escolar e as ações devem se pautar por atitudes éticas, para que a prática não se distancie da ideia primordial, educar para os direitos humanos.

Quando pensamos na efetivação da educação em direitos humanos na escola, a preocupação inicial é a formação integral dos estudantes e dos professores de forma geral. No momento pelo qual a sociedade Brasileira e mundial está passando, é importante que ofereçamos as alunas e alunos, conhecimentos que sirvam para se contrapor às injustiças e violações de direitos dentro da escola e fora dela, especialmente, nas comunidades onde residem, se tornando agentes de transformação social e agentes da cultura de paz

Para isso, é necessário que tenhamos formação necessária para oferecermos novas metodologias, materiais teóricos, conteúdos apropriados e especialmente, a interdisciplinaridade dos conhecimentos acadêmicos. A escola é um importante ambiente para a construção do processo de socialização e a educação um valioso caminho para as transformações que se deseja fazer na sociedade, construindo a democracia, através da educação





em direitos humanos, como instrumento essencial para a conscientização em relação ao respeito humano.

Nos últimos anos temos presenciado um aumento significativo de pessoas homossexuais nos mais variados meios educacionais, seja público, privado ou Organização Não Governamental que desenvolvem projetos educacionais que tenham como preocupação as políticas de inclusão. A multiplicação dessas ações não aconteceu por bondade, é o resultado das lutas dos movimentos sociais, incluindo a comunidade LGBTQIA+. Porém, como estabelece o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, é na escola que se adquire o saber sistematizado, capaz de contribuir para o crescimento intelectual das pessoas.

Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, P.31, 2008).

Não basta apenas oferecer educação, é preciso que o modelo sugerido esteja em sintonia com a história de vida e com a realidade social do seu público, para que tenhamos uma mudança real na vida das pessoas. Para isso, é importante que sejam criados espaços que tenham sensibilidade com temas que digam respeito aos Direitos Humanos.

A escola não deve estar preocupada em oferecer apenas o básico, deve preocupar-se, sobretudo, com questões que se preocupem com a garantia da autonomia, dignidade, equidade, participação política e social e igualdade de oportunidades.

Atualmente, as escolas não estão preparadas para receber pessoas da comunidade LGBTQIA+, falta conhecimento para lidar com um público que cresce a cada dia e a escola não se deu conta de que essas pessoas iriam adentrar as suas salas de aula e que seria necessário alterar o atual modelo de ensino e de inclusão.

A preocupação com as questões metodológicas e pedagógicas, são pertinentes. Mas não podemos esquecer a infraestrutura, como banheiros, nome social, nível de escolaridade, dificuldade de aprendizagem, são temas que precisam ser repensados para que se possa oferecer educação, especialmente, Educação em Direitos Humanos, vista como um tabu no ambiente





escolar e pelas famílias.

Não podemos negar que muitos livros didáticos existentes na escola, à disposição dos estudantes, apresentam temas sobre direitos humanos. O que falta são profissionais que entendam a importância de se ofertar o ensino que compreenda os direitos humanos como um instrumento que defende e estimula a prática de aptidão para vida cotidiana. É preciso que sejam oferecidas atividades voltadas para a reparação das violações dos direitos humanos ocorridas no Brasil ao longo dos últimos anos.

É lamentável, que ainda paira sobre muitos profissionais da educação a ideia de que direitos humanos servem para defender bandido e que esse tema seja transmitido para os estudantes, de maneira preconceituosa negando a existência de profunda desigualdade e violações de direitos em todo o mundo. Segundo CANDAU (2007), trata-se, portanto, de transformar mentalidades, atitudes, comportamentos, dinâmicas organizacionais e práticas cotidianas dos diferentes atores, individuais e coletivos, e das organizações sociais e educativas.

A ausência de temas direcionados à superação das desigualdades na escola, é uma das maneiras de se manter sutilmente a prática de violência simbólica contra pessoas que buscam no ambiente escolar a inclusão, que outros lugares não oferecem, especialmente através do conhecimento e do empoderamento.

O importante na educação em Direitos Humanos é ter clareza do que se pretende atingir e construir estratégias curriculares e pedagógicas coerentes com a visão que assumimos, privilegiando a atividade e participação dos sujeitos envolvidos no processo. Trata-se de educar em Direitos Humanos, isto é, propiciar experiências em que se vivenciem os Direitos Humanos. (CANDAU,2007).

Neste sentido, vemos a escola como um dos lugares privilegiados para combater as desigualdades entre toda a comunidade escolar, oferecendo um ambiente democrático que inclua todas as pessoas construindo a igualdade de gênero a partir da educação. Somente com a mudança no sistema educacional que possibilite a inclusão nos planos escolares, de temas voltados à diminuição das desigualdades, podemos pensar em uma sociedade menos desigual, mais acolhedora e sobretudo, inclusiva.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, conhecida como a constituição cidadã define em seu artigo 5º que “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País





inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade”. Nesse mesmo sentido vai também a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, proclamada pela Organização das Nações Unidas, que reconhece em seu artigo 1º, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”.

Assim sendo, quando a escola não proporciona meios para evitar a discriminação contra as pessoas da comunidade LGBTQIA+ está negando os direitos fundamentais que estão garantidos na legislação brasileira e mundial. Isso pode ser compreendido como um comportamento incompatível com o que chamamos de Estado Democrático de Direito.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de intervenção se preocupou em utilizar uma linguagem de fácil compreensão para qualquer pessoa que dele se aproprie, sem jamais perder sua qualidade acadêmica, tendo sempre como preocupação principal a relevância do tema pesquisado, ou seja, a violência praticada para com as pessoas homossexuais no ambiente escolar. Nunca foi nossa pretensão esgotar, nessa pesquisa, os temas que envolvem a noção de igualdade de gênero na escola e na educação, mas apontar quais as razões que provocam preconceito, homofobia, transfobia, violência física, psicológica, chegando a provocar rompimento dos vínculos familiares, exclusão social, discriminação na escola e as colocando em situação de moradores de rua e ao consumo de drogas e de degradação humana. Por isso, esta pesquisa pretende dar sua humilde contribuição para a elaboração de políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+, como ações afirmativas de forma contínua, efetiva, visando combater a histórica exclusão que vem se perpetuando ao longo dos anos. As ações práticas de educação em direitos humanos, como formação continuada de professores, gestores, funcionários e estudantes, serão colocadas em prática nas reuniões de formação, planejamento escolar, nas aulas de ciências humanas e em outras áreas de conhecimento, a partir da sensibilidade humana de cada profissional. A luta contra a violência não pode ser isolada, exige o agrupamento do maior número de atores sociais comprometidos com os Direitos Humanos

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS





BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Memorial da Democracia**, 2006.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira, 1988.

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos: Desafios para o Século XXI. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, v. 1, p. 335-350. link: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>.

CANAU, Vera Maria. **Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas**, (2007).

Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBTI+**. 4º ed. São Paulo: SJC/SP, 2020, p. 56.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade** / João Silvério Trevisan. – 4º ed. rev..atual e ampliada – Rio de Janeiro: Objetiva. 2018.

VIRAÇÃO Educomunicação – **Guia de gênero e sexualidade para educadores – LGBTI** – Prefeitura de São Paulo – Direitos Humanos e Cidadania.

